

A Formação Docente Na Perspectiva Da Educação Especial Inclusiva: Concepções de Acadêmicos da Pós-Graduação

Teacher Training from the Perspective of Inclusive Special Education: Postgraduate Students' Conceptions

Vanderlei Balbino da Costa ^{1*}, Euler Rui Barbosa Tavares ²

RESUMO

O ensaio tem como meta apresentar a produção por acadêmicos que cursaram a disciplina “A Formação Docente na Perspectiva da Educação Especial Inclusiva”, ministrada no (PPGE). Questão de pesquisa: Em pleno século XXI, as diferentes instâncias públicas estão investindo na formação inicial dos professores para atuarem com a inclusão dos sujeitos com deficiência? Objetivos: Averiguar se a formação proposta pelos gestores vem dando conta de habilitar professores para atuar com as diferenças no espaço escolar; Apontar os limites que há na legislação educacional, quando a perspectiva é a formação docente; Mostrar na legislação a fragilidade, quando propõe nas licenciaturas disciplinas de Educação Especial apenas a nível de recomendação. A metodologia utilizada foi qualitativa, apoiando em bibliografias e documentos que abordam a formação de professores. Fundamentamos nossas reflexões em autores que discutem formação de professores, AEE, adaptação curricular, trabalho colaborativo. Resultados mostraram que a formação de professores necessita de investimento. Considerações, nos fizeram perceber que a formação se esbarra na fragilidade da legislação, quando essa ocorre a nível de recomendação.

Palavras-chave: Formação Docente; Legislação Educacional; Educação Inclusiva;

ABSTRACT

This essay aims to present some articles produced by academics who attended the teacher training subject from the perspective of inclusive special education, taught in the Postgraduate Program in Education of the Federal University of Jataí-GO. The research question that guided the investigation was: in the 21st century, are the several public authorities investing in the initial training of teachers so that they may work with the inclusion of individuals with disabilities? The objectives that we propose to achieve were: To find out if the training proposed by the managers has been enough to enable teachers to work with the differences in the school environment; Point out the limits that exist in educational legislation, when the perspective is teacher training; Show the fragility in the legislation, when it proposes Special Education subjects only at the recommendation level. The methodology used was qualitative, supported by bibliographies and documents that address teacher training. We based our reflections on authors who discuss teacher training, SES, curriculum adaptation, collaborative work. Results showed that teacher training needs investment.

¹ Universidade Federal de Jataí (UFJ).

* vanderleibalbino@ufj.edu.br

² Instituto Federal do Tocantis (IFT)

The inconclusive considerations made us realize that the training comes up against the fragility of the legislation, when it occurs at the level of recommendation.

Keywords: Teacher Training; Educational Legislation; Inclusive Education;

INTRODUÇÃO

O manuscrito que ora se apresenta intenciona debater na perspectiva da Educação Especial Inclusiva limites e desafios que a formação de professores vem enfrentando para promover na escola o processo de inclusão escolar dos sujeitos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação no espaço escolar.

Nos anos de 1990, borbulharam movimentos prol inclusão dos sujeitos com deficiência mundo afora. Só para exemplificar, tivemos em Jomtien 1990 a realização da Declaração Mundial de Educação Para Todos, (UNESCO, 1990). Nessa mesma perspectiva, aconteceu a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). E a Declaração da Guatemala, (UNESCO, 1999).

Se guinarmos nosso olhar para o Brasil, certificamos que após 500 anos de História do (En)cobramento, tivemos pela primeira vez um capítulo específico sobre Educação Especial, aprovado na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, (BRASIL, 1996).

Os movimentos que borbulharam ao redor do planeta de certa forma passaram a "incomodar governantes, gestores da educação, professores e pais de sujeitos com deficiência em torno de um direito social inviolável: à educação, e por conseguinte, nós professores também passamos a se preocupar com a nossa formação.

E nós professores, preocupados com à Inclusão Escolar dos diferentes nos diversos contextos sociais, passamos a indagar: como incluir se não fomos preparados para essa importante tarefa? Como formar se não recebemos formação-habilitação em nossa formação inicial? Enfim, como transformar se nem se quer iniciamos nosso processo de transformação social, cultural e educacional se nas licenciaturas não tivemos formação para isso? Esta tríplice indagação nos faz refletir que estamos ávidos de formação para atuar com as diferenças nas escolas em todas as etapas.

O ensaio de pesquisa resulta de reflexões de uma disciplina intitulada "Formação Docente Na Perspectiva Da Educação Especial Inclusiva", ministrada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Jataí-UFJ-GO.

Pensamos ser necessário pontuar que cursaram essa disciplina 14 acadêmicos matriculados como alunos especiais e duas mestrandas regulares que estão com suas pesquisas em andamento.

Ao propor a disciplina, minou em nosso imaginário a seguinte questão suleadora: em pleno século XXI, as diferentes instâncias públicas estão investindo na formação inicial dos professores para atuarem com a inclusão dos sujeitos com deficiência?

A indagação nos fez refletir sobre os seguintes objetivos: A) Averiguar se a formação proposta pelos gestores vem dando conta de habilitar professores para atuar com as diferenças no espaço escolar; B) Apontar os limites que há na legislação educacional, quando a perspectiva é a formação docente; C) Mostrar na legislação a fragilidade, quando propõe nas licenciaturas disciplinas de Educação Especial apenas a nível de recomendação.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

O marco histórico da Educação Especial no Brasil, inicia-se em meados do século XIX, quando foi fundado na cidade do Rio de Janeiro o Instituto Imperial dos Meninos Cego em 1854, vindo se tornar posteriormente Instituto Benjamim Constant, (IBC). Três anos depois, também nessa mesma cidade, foi criado o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, sendo transformado em 1957 em Instituto Nacional de Educação de Surdos, (INES).

Nos parecem tardia as ações governamentais do Estado brasileiro em relação à Educação das Pessoas com Deficiência, uma vez que essas iniciativas eram feitas por instituições Filantrópicas, como: Associação Pestalozzi, 1926 na cidade de Porto Alegre -RS; Instituto Padre Chico, 1928, em São Paulo - SP; e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, 1954, no Rio de Janeiro-RJ, (COSTA, 2014).

A História da Educação Especial no Brasil, revela que foi só a partir da década de 1960, que o país passou a assumir o ensino para os sujeitos com deficiência, vindo a criar instituições na esfera federal e, nos Estados Institutos que pudesse assistir essa população, a décadas alijadas desse importante direito social, à educação. Em seus escritos, Jannuzzi,

(2004), pontua que até os anos de 1960, havia apenas 200 instituições que assistiam as PCDs. A autora assinala que esse número saltou para 800 até o fim da citada década.

Nos parece relevante pontuar que das décadas de 1960, 1970 e 1980, vivemos no Brasil o período da integração escolar. Período esse que as ações públicas voltadas à formação de professores eram quase inexistentes, considerando que os sujeitos com deficiência se matriculavam, iam para as escolas, porém eram atendidos em salas segregadas, separadas por deficiência, ou seja, havia uma sala para os cegos, para os deficientes físicos, para os deficientes mentais e para os surdos-mudos, esses dois últimos assim chamados à época.

Não intencionamos aqui, discutir com profundidade o longo período da Integração escolar. Não é nosso foco nessa reflexão. No Entanto, precisamos pontuar que nesse período, os sujeitos com deficiência até eram matriculados na escola comum, óbvio em salas segregadas dos demais, porém caso não se adaptasse, eram devolvidos as instituições especiais, não cabendo ao sistema, à escola e, nem ao menos os professores a culpa pelo seu fracasso, (COSTA E DENARI,2012).

Na última década do século XX, vimos borbulhar ao redor do planeta inúmeros movimentos políticos, cuja intenção era de traçar metas para abrigar nas escolas mulheres e meninas desprovidas de direitos à educação, (JOMTIEN, UNESCO, 1990). Anos após, mais precisamente na cidade de Salamanca, 92 países e 25 organizações não governamentais denunciaram a falta de formação de professores nas escolas para atuar com as diferenças, dentre essas, indígenas, quilombolas e sujeitos com deficiência nos diversos espaços educativos, (UNESCO, 1994).

Na esteira dessas declarações, o Brasil após cinco séculos de (en)cobrimento político decidiu aprovar na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, (LDBEN, 9394/96, 1996), um capítulo específico que legislasse sobre Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. (BRASIL, 1996).

Urge um novo século, com ele, decretos, diretrizes, resoluções, conferências, [...], cuja intenção era de promover a escolarização de sujeitos com deficiência, indígenas, quilombolas, alunos da escola pública e demais alijados de direitos nos variados espaços educativos.

Ao roçar nossos olhos pelas mais de dez legislações aprovadas em duas décadas do século XXI, precisamos pontuar que foram poucas efetivamente executadas pelo poder público, principalmente se considerarmos que conforme já afirmamos no Brasil, parte

dessas são aprovadas no modelo de recomendação, não obrigando reitores das IES, secretarias dos Estados, municípios e distritos implementar sua execução.

Na esteira dessas legislações, destacamos a Política Nacional de Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva, (BRASIL, 2008), como uma das mais avançadas no que concerne o processo de inclusão escolar dos diferentes sujeitos a séculos excluídos do sistema educacional.

Após 15 anos tramitando no Congresso Nacional, foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão, (LBI-13.146, BRASIL, 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, trazendo muitas expectativas para gestores públicos, professores inclusivistas, pais preocupados com a escolarização de seus filhos com deficiência matriculados nas várias etapas do ensino.

Ao se referir os processos includentes voltados aos sujeitos com deficiência nas várias etapas da educação, em 2020, mais precisamente em 30 de setembro, fomos surpreendidos pela publicação da "Nova Política Nacional de Educação Especial", (Lei 10.502, BRASIL, 2020), propondo nossa volta às escolas especiais e salas segregadas. Essa medida arbitrária, sepulta trinta anos de lutas, propondo novamente nossa volta ao período de integração, o qual perdurou no Brasil entre as décadas de 1960, 1970 e 1980 respectivamente.

Não obstante, é profícuo acentuar que em um país, cuja prioridade não é a Educação pública, em especial, a voltada para à Inclusão Escolar dos sujeitos com deficiência, somos levados a fazer algumas reflexões: Para esses sujeitos, a inclusão na escola comum nunca foi, não é, e jamais será prioridade; Seguramente à inclusão de disciplinas nos cursos de formação inicial nas licenciaturas não está no radar do gestor público Federal; Não se faz presente no planejamento da instituição que rege à Educação projetos de formação de professores para atuar com as diferenças, dentre essas, qualificação, preparação e habilitação docente para ministrar aulas na escola inclusiva.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Nossa opção nessa investigação trilhou pela pesquisa qualitativa. Desse modo, lançamos mão de Lüdke e André, (1986), para dizer que "Pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento". (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 11).

Ao considerar que nossa investigação intenciona anunciar e denunciar a fragilidade que há nas legislações sobre a formação de professores para atuar com à inclusão de sujeitos com deficiência, centramos nosso foco em pesquisas bibliográficas que discutem essa temática. Nesse sentido, por pesquisa bibliográfica, Severino (2016), afirma que "Nas investigações bibliográficas, o pesquisador parte das pesquisas já existentes para aprofundar seu trabalho". (SEVERINO, 2016, p. 123).

Nessa mesma direção, Marconi e Lakatos, (2017), enfatizam a importância das pesquisas bibliográficas já produzidas para que posamos fundamentar nossas reflexões. Nesse sentido afirmam que essas podem ser encontradas em livros, publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, monografias, teses, filmes, gravações audiovisuais, dentre outros, dos quais investigadores nas mais variadas áreas da educação utilizam para realizar suas pesquisas.

Aos olhos da legislação educacional sobre a formação de professores, recorremos a pesquisa documental presente nas diretrizes já publicadas, decretos, portarias do Ministério da Educação que regem a formação docente. Partindo dessa premissa, Gil (2019), assinala que a pesquisa documental se assemelha as investigações bibliográficas. Todavia, ressalta que há diferenças, mais precisamente no que se refere a natureza das fontes. Para esse autor, pesquisa documental significa:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL,2019,p.45).

Ao considerar que nossa investigação lançou mão de referenciais bibliográficos e documentos sobre a legislação que regem a formação docente, uma vez que há uma fragilidade no cumprimento das leis, em especial, quando se refere aos direitos sociais, pensamos ser da maior importância acentuar que a pesquisa documental irá nos embasar nesse processo. Desse modo, apoiamos em Gil, (2019), para dizer que pesquisa documental se fundamenta em:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material

impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. (GIL,2019, p.46).

Conforme já afirmamos nesse ensaio que diferente de outras nações, o Brasil não tem políticas consistentes em relação as garantias dos direitos sociais, dentre eles, à educação pública. Isto posto, basta observar que quase todas as legislações aprovadas, em via de regra são a nível de recomendação, ou seja, não há uma obrigatoriedade das instituições promover sua execução.

Á luz da legislação, é profícuo enunciar que em 1994, foi aprovada a Portaria Ministerial 1793, a qual recomendava a inserção de disciplinas em todas as licenciaturas, no curso de Normal Superior e no curso de Fonoaudiologia.

Em diversas pesquisas, estudiosos dessa Portaria identificaram que por ser a nível de recomendação, sua adesão pelas Universidades brasileiras foi insignificante, não alcançando 10% dessas instituições que formam professores para atuar com as Pessoas com Deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

Nossa opção para a realização desse ensaio se consubstanciou em investigar na legislação e na produção existente sobre limites e desafios que as licenciaturas enfrentam para a formação de professores, quando o foco são os estudantes com deficiência, direcionamos nosso olhar para a produção bibliográfica, envolvendo teses e artigos científicos, bem como documentos, decretos, diretrizes, resoluções, dentre outros que nos deram suporte teórico para essa pesquisa.

Pensamos ser necessário pontuar que a opção em direcionar nossa investigação apenas para a produção bibliográfica e documental, se justifica, considerando que na disciplina "Formação Docente Na Perspectiva da Educação Especial Inclusiva" dentre os acadêmicos que cursaram a referida disciplina, alguns artigos fizeram pesquisa de campo, promovendo diálogo com professores regentes e profissionais de apoio que atuam nas escolas da rede de Educação Básica.

Ressaltamos que nossa opção nesse estudo foi suleado pela abordagem biográfica, enfatizando as narrativas como técnica de coleta das informações. Nesse sentido, Souza,

(2006), pontua que "A abordagem biográfica tanto é método, porque logrou no seu processo histórico vasta fundamentação teórica, quanto é técnica, porque também gozou de conflitos, consensos e implicações teórico-metodológicas sobre a sua utilização", (SOUZA, 2006, p. 29).

CONCEPÇÕES DE ACADÊMICOS DA PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Nessa seção, intencionamos discorrer brevemente sobre a produção dos acadêmicos que cursaram a disciplina no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJ-GO. Preocupamos aqui em narrar brevemente as várias temáticas abordadas por eles, como: Formação de Professores; Trabalho Colaborativo; Atendimento Educacional Especializado; Plano Nacional de Educação; Adaptação Curricular; Reflexão e Capacitação Docente; Legislação e Dilemas na Formação; Inclusão e Histórias de vida de Pessoas com Síndrome de Down.

Ao longo dessa reflexão, fizemos menção sobre a fragilidade que há na legislação brasileira quando se refere à Educação, uma vez que em via de regras, essas ocorrem por meio de recomendação, facultando as instituições na esfera municipal, estadual, federal e distrital sua efetiva execução.

Nos oito ensaios produzidos pelos acadêmicos, bem como pelos seus respectivos orientadores que fizeram parte desse dossiê, foram debatidos temas diversos sobre a formação de professores para atuar nas escolas, quando nessas registra matrículas de sujeitos com deficiência.

Nos excertos de textos presente nesse ensaio, lanço mão das narrativas para elucidar as concepções dos acadêmicos sobre a Formação Docente. Me apoio nas narrativas para dizer que de acordo com Souza, (2007), narrar é: "Enunciar uma experiência particular refletida sobre a qual construímos um sentido e damos um significado. Garimpamos em Nossa memória, consciente ou inconscientemente, aquilo que deve ser dito e o que deve ser calado". (SOUZA, 2007, p. 66).

Em um desses artigos, as autoras procuraram discorrer sobre os impactos que o Plano Nacional de Educação, 2014/2024, PNE, tem para a formação de professores, em especial, em um município do Centro Oeste Brasileiro. As pesquisadoras quiseram saber em seu problema de pesquisa: como vem ocorrendo a formação continuada dos

professores no Plano Municipal de Educação em um município de médio porte, sediado no Estado de Goiás?

As respectivas autoras tiveram como objetivo nesse ensaio analisar como ocorre a proposta de formação continuada no (PNE, 2014), quando o foco é a Educação Inclusiva. Procuraram discutir nessa pesquisa até que ponto há convergências e divergências envolvendo o PNE-Nacional e o PME-municipal, especialmente, quando se refere a meta IV.

Em outro ensaio, três autoras procuram discutir a formação de professores e seu processo de inclusão de alunos com deficiência. Sua investigação buscou entender quais são as produções existentes em um periódico brasileiro que publica artigos sobre a formação docente em Educação Especial.

As autoras dessa pesquisa ao buscar em um periódico brasileiro artigos que discutisse a formação de professores para à Educação Inclusiva, teceram algumas críticas em relação a pouca produção que há nesse periódico sobre a temática da Formação Docente, em especial, a que está voltada à Inclusão Escolar dos sujeitos com deficiência, pois em três anos identificaram apenas cinco artigos que abordassem a Formação de Professores.

Ao contextualizar as parcerias no espaço escolar, as autoras procuraram refletir sobre a importância do diálogo e espírito colaborativo que deve haver entre professores regentes e professores do ensino especial em uma turma em que há alunos com deficiência. Apontaram na pesquisa junto a dez professores o quanto é necessário promover na escola o trabalho colaborativo envolvendo professores generalistas e professores especialistas para atuar com sujeitos com Necessidades Educativas Especiais.

Na busca de respostas para desvendar a formação de professores nas escolas, duas acadêmicas, orientada por uma professora que atua em Programa de Pós-Graduação em Educação Especial na Região Sudeste, procuraram responder em seu problema de pesquisa: Quais são as relações que se estabelecem em sala de aula entre professores regentes e profissionais de apoio no que concerne o atendimento aos alunos com deficiência que estão matriculados no Ensino Fundamental?

Em uma outra produção, as pesquisadoras optaram em dialogar com três professores sobre as adaptações curriculares e como um dos componentes da formação docente. A questão de pesquisa que quiseram responder foi: qual é a compreensão de

professores da Educação Básica sobre as adaptações curriculares, quando o objetivo é entender o processo de escolarização dos sujeitos com deficiência no espaço escolar.

Em uma das pesquisas realizadas com três professores no Centro Oeste Brasileiro, as pesquisadoras identificaram que os docentes entrevistados percebem e realizam as adaptações curriculares de forma isolada provocando lacunas na formação desses, especialmente dos alunos que considerando suas Necessidades Específicas, precisam dessas adaptações em seu processo formativo.

Na perspectiva da formação de professores para atuar nas escolas, quando o foco é a Inclusão Escolar, três pesquisadores fizeram uma reflexão sobre a capacitação de profissionais para ministrar aulas na escola inclusiva. Desse modo, optaram em indagar: a formação inicial dos professores garante habilitação teórica e prática para efetivar uma escola inclusiva para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação no espaço escolar?

Nessa trajetória, cuja temática é a formação de professores, pesquisas mostram a necessidade de investir na qualificação, preparação e habilitação, quando a meta é a Inclusão Escolar dos sujeitos com deficiência. Em um dos artigos produzidos, o objetivo foi refletir sobre a formação inicial e continuada dos professores, objetivando a construção de uma Escola Inclusiva.

Nos trilhos percorridos em busca de respostas para que a formação de professores possa ser uma prática permanente na escolarização de estudantes com deficiência, três pesquisadores, dentre eles o profissional que ministrou essa disciplina, foram incisivos em anunciar os dilemas que há entre a legislação educacional e a formação de professores nos diversos espaços educativos.

Ao contextualizar a Formação Docente, frente aos dilemas que há entre a legislação educacional brasileira, foi identificado no manuscrito a necessidade de analisar se os componentes curriculares presentes nos cursos de licenciaturas das IES, públicas e privadas, contemplam a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva nas escolas em todas as etapas.

No contexto da formação docente, uma temática que ainda provoca debates junto a legislação é o Atendimento Educacional Especializado, (AEE), nas escolas públicas de um Estado na Região Centro Oeste do Brasil. Ao discutir a questão da formação para atuar nas escolas inclusivas, os pesquisadores procuraram indagar: como a formação de

professores contribui no desenvolvimento do trabalho articulado entre o professor regente e o profissional da sala de recurso, na promoção da inclusão escolar?

Não há necessidade de elucidar aqui as fragilidades que existem nas escolas em relação a implementação do Atendimento Educacional Especializado. Nos parece que esse serviço não é bem visto pela gestão da escola. Nessa pesquisa, os autores tiveram como objetivo refletir sobre o AEE, mediante as atuações desses profissionais na promoção da aprendizagem e o convívio dos estudantes com deficiência em diferentes redes de ensino em um município do interior do Estado de Mato Grosso.

Finalmente, o último artigo produzido fez uma investigação sobre histórias de vida de alunos com Síndrome de Down matriculados na escola comum. Utilizou-se a pesquisa de campo, dando ênfase as narrativas de 10 pais de adolescentes e adultos, público alvo da Educação Especial.

Na esteira dessa produção, fomos levados a refletir sobre o quanto algumas deficiências ainda são tratadas com lacunas nas licenciaturas. Os quatro autores que produziram essa pesquisa, chegaram à conclusão de que na escola, professores e gestores encontram muitas dificuldades para promoção do aluno com Síndrome de Down. Esses pesquisadores apontam que isso ocorre porque nossas formações iniciais nas licenciaturas são e estão fragilizadas, necessitando, portanto, de investimento na formação.

Identificou-se nessa pesquisa que em relação a Formação de Professores, as experiências de inclusão não são satisfatórias, uma vez que falta profissionais de apoio, conhecimento sobre a temática envolvida, preconceito e discriminação, dentre outros limites e desafios que à escola ainda tem que enfrentar para se tornar efetivamente incluyente.

PALAVRAS NÃO CONCLUSIVAS

Na primeira seção desse manuscrito, fizemos menção aos aspectos históricos da Educação Especial no Brasil. Em uma perspectiva Freireana, anunciamos e denunciemos o quanto foram tardias as ações públicas do Estado na promoção da Inclusão Escolar dos sujeitos com deficiência em todas as etapas da aprendizagem.

Anunciamos que no primeiro momento apenas as instituições filantrópicas se envolveram com a educação dos diferentes/deficientes nas escolas especiais. Narramos o percurso histórico, mesmo que brevemente o longo período de integração escolar, o qual

os sujeitos com deficiência tiveram a duras penas que se adaptar para se manter no sistema, isentando escolas e professores dessa responsabilidade social.

Em seguida, na segunda seção, apresentamos a metodologia, nossa opção pela pesquisa bibliográfica e documental, apontando por meio da legislação as fragilidades que essa se revela quando propõe leis, decretos, resoluções, conferências, dentre outras, apenas a nível de recomendação, facultando as instituições a implementação na esfera federal, estadual, municipal e distrital, a responsabilidade por essa importante tarefa social.

Na terceira e última seção desse manuscrito, preocupei-me apenas em narrar as opções feitas por acadêmicos e orientadores sobre as diversas temáticas que envolve a Formação Docente. Apontei nesses excertos de textos, limites e desafios que o sistema educacional brasileiro enfrenta para que à escola possa se tornar um espaço incluyente para todas as pessoas, não importando, portanto, se essas são ou estão em situação de deficiência.

Discorri aqui sobre a fragilidade da legislação brasileira no que concerne à Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva. Nesse prisma, fiz menção a omissão do poder público que investe pouco na formação inicial dos profissionais que vão atuar nas escolas, quando nessas registra-se a presença de sujeitos com deficiência.

Procurei tecer comentários sobre a fragilidade da legislação, em especial, quando essa é publicada a nível de (recomendação/preferencialmente), não atribuindo as instituições responsabilidades pela sua execução.

Não concluo aqui. Não é possível concluir sobre a importância da Formação Docente apenas publicando um dossiê. Quero dizer que com a fragilidade da legislação, a ausência de disciplinas nas licenciaturas, pouco investimento na formação inicial dos professores e considerando as dificuldades que os profissionais da Educação Básica encontram para realizar a formação continuada, somos levados a refletir que o processo de escolarização dos sujeitos com deficiência, indígenas e quilombolas seguramente está longe de se efetivar.

REFERÊNCIAS

BIKO, S. **Escrevo o que eu quero**. Série Temas, vol. 21. Sociedade e Política. Trad. Grupo Solidário São Domingos. São Paulo: Ática, 1990 [1978].

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria Ministerial n.º 1.793**, de dezembro de 1994. 1994c. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf>. Recuperado em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: DF, jan. 2008a.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Instituiu a lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Recuperado em: 11 out 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.502. **A Nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE)**,2020.

COSTA, V. B; DENARI, F. E. Formação docente: reflexões sobre a escolarização dos estudantes com deficiência no ensino comum. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 7, n. 1, p. 136-146, 2012.

COSTA, V. B. **Olhares docentes sobre a inclusão escolar**. 1. ed. Montevideu: Novas Edições Acadêmicas, 2014. v. 1000. 256p.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LÜDKE, H. A. M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed.rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, E. C. **Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e formativas**. Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

SOUZA, E. C. (Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação. In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (Orgs.). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007;

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990, 8p. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferenciade-jomtien-1990>. Recuperado em: 12 set. 2020.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: 1994. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

Recuperado em: 13 set. 2020.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia Vegetal**. 4^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Recebido em: 03/02/2022

Aprovado em: 05/03/2022

Publicado em: 10/03/2022